



**FHE** **POUPEX**

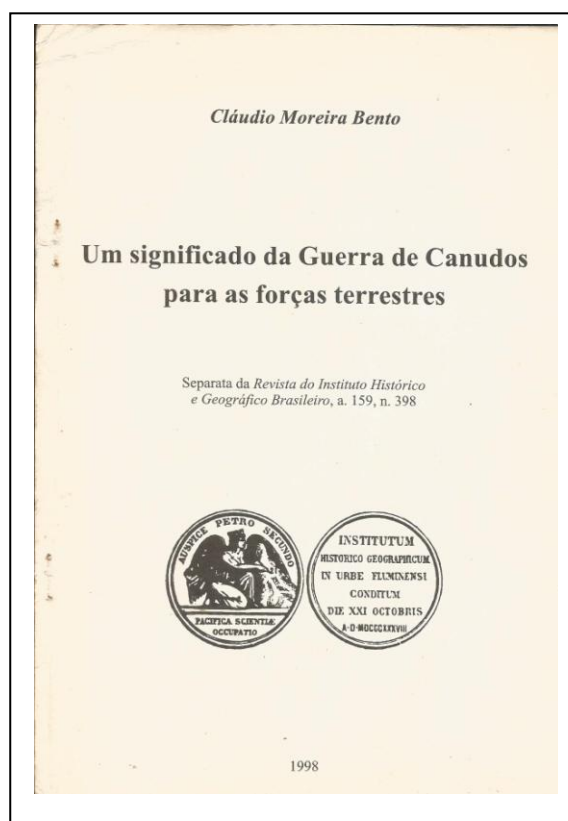
## UM SIGNIFICADO DA GUERRA DE CANUDOS PARA AS FORÇAS TERRESTRES BRASILEIRAS



**Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO**

Historiador Militar e Jornalista Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Sorocaba. Foi o 3º vice presidente do IEV no seu 13º Encontro do IEV em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Participou a convite como Presidente da então AHIMTB em 1987 de Simpósio na Câmara Federal sobre a Guerra de Canudos e de entrevista na Globo News sobre o mesmo assunto e de Simpósio sobre Canudos no IHGB com o assunto a seguir reproduzido:

Digitalização de Artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro v.158,v.398 para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) cópia impressa no acervo da FAHIMTB, doado em Boletim a AMAN e em levantamento para disponibilizá-lo na Internet no Sistema do Exército do acervo de suas bibliotecas



Capa da Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ,v. 159.nº 398 que contém o artigo a seguir.

## UM SIGNIFICADO DA GUERRA DE CANUDOS PARA AS FORÇAS TERRESTRES BRASILEIRAS

*Cel Cláudio Moreira Bento*

Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano. Confronto fratricida que levou a morte e o luto a centenas de irmãos brasileiroa , sertanejos e soldados do Exército e das Polícias Militares. A apuração da responsabilidade moral e política por esta tragédia grega brasileira, espera-se fique mais clara nos estudos que se fizerem este ano para ser apurada por uma espécie de Tribunal da História, como uma amarga e inesquecível lição retirada do episódio. Este, um problema social como outros que poderão apresentar-se na trajetória brasileira e que merecem tratamento e respostas adequadas que Canudos não deu politicamente, com oportunidade, prevenindo assim a tragédia.

Como soldado e historiador militar, assim vemos o episódio «Canudos» e de como ele serviu de estopim para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, para promoverem a Reforma Militar 1898-1945 que modernizou o Exército e o livrou do equivocado sistema de Ensino 1873-1905 que fora potencializado pelo Regulamento de Ensino de 1890 baixado na melhor das intenções pelo Ministro da Guerra Ten. Cel. Benjamin Constant. Segundo se conclui de Edmundo Campos Coelho, *Em busca de Identidade o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio: Forense, 1976, o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma Política de Erradicação que ao

longo dos tempos apresentou nuances variadas e por vezes sutis. E a partir de então teve de concorrer com a Guarda Nacional que se revelou incapaz de promover a Segurança Nacional a não ser no Sul, até a Guerra do Paraguai, tornando-se instrumento político e anti-exército, conforme se conclui de Jeanne Berrance de Castro em ***A Milícia cidadã — A Guarda Nacional*** 1831/50. Rio: Brasiliana 359.

Finda a Guerra do Paraguai em 1870 o espírito erradicador do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia traduzida no **Regulamento de Ensino de 1873**: formar oficiais doutores no Exército para ajudar a desenvolver o Brasil e, por outro lado, valorizar socialmente o oficial com o título de Doutor para que pudesse concorrer como bom partido com advogados, médicos, filhos de industriais, comerciantes e de fazendeiros até então preferidos para casamento. E a razão! Desde a Independência para consolidar a Integridade, Soberania e Unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo de 1822/70, em lutas internas e externas. Assim, para casamento representavam viuvez e orfandade potenciais sem cobertura previdenciária compatível. Os doutores passaram a ostentar antes do posto o título de doutor e muitas vezes omitindo o posto, ou até se aborrecendo quando tratados por ele. Os que viviam na tropa dedicados à atividade-fim, a Segurança da Pátria, eram tratados de tarimbeiros, não sem desdém e com *status* social inferior. Os doutores ou bacharéis teriam a seu cargo a elaboração da Doutrina do Exército através da Congregação da Escola Militar da Praia Vermelha dominada pelos bacharéis, do que em realidade descuraram. Este sistema de ensino detonou a desprofissionalização do Exército, fazendo-o, segundo o consenso de analistas da época e líderes da Reforma Militar, a cair a níveis de operacionalidade inferiores aos da Guerra do Paraguai. O progresso hierárquico era conquistado à base de cursos que deram origens aos bacharéis do Exército, muito versados em Ciências Físicas e Matemáticas e pouco ou quase nada em Arte e Ciência Militar. O complicador foi o Positivismo, agnóstico e mal digerido introduzido através da cadeira de Sociologia, na Escola Militar, ocasionando na Praia Vermelha seus alunos desprezarem e rirem dos veteranos do Paraguai desfilando garbosos com peito coberto de condecorações, conforme depoimento do General Tasso Fragoso na introdução de seu clássico ***A Batalha do Passo do Rosário***. Rio de Janeiro: BIB-LIEx, 1922, que merece ser lido e relido pelos oficiais do Exército de hoje e do futuro pelas valiosas lições que encerra.

Um general que fizera carreira bem-sucedida como professor de Descritiva na Praia Vermelha teve desempenho militar deplorável ao ser enviado para o Paraná para conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte da qual escapou por empenho de seus ex-alunos. Na escola, não conseguia impor-se disciplinarmente aos seus alunos conforme depoimento mais tarde de seu adjunto.

Foi um Exército então dominado pelo bacharelismo que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes recrutados no meio civil para completar os seus quadros para enfrentar as Guerra Civil 1893/95 na Região Sul e Revolta na Armada 1894/1895 e a Guerra de Canudos em 1897, apresentando por vezes operacionalidade inferior aos revolucionários e revoltosos, além de possuir, no Sul, o seu espírito dividido por muitos de seus oficiais ao se incorporarem aos revolucionários e revoltosos por desinformação. Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos.

Foram alguns oficiais tarimbeiros, que sempre se dedicaram à instrução da tropa que iriam liderar em campanha o Exército. E dentre os mais assinalados — os Coronéis Artur Oscar, Cláudio Savaget, Carlos Telles, João César Sampaio, Thompson Flores, Tupi Caldas, Augusto Julião Serra Martins e o paulista de Pinda, Moreira César que está a clamar um julgamento sereno e isento por um Tribunal de História que piore ou melhore a sua imagem, conforme postula um trineto seu. Ele tem, em parte, sido um bode expiatório da culpa do massacre de Canudos que paira no inconsciente coletivo da Sociedade Civil da época que ordenou: Delenda Canudos!

Durante o combate da Ponta da Armação, combatendo a Revolta na Armada, o Capitão Tasso Fragoso foi ferido gravemente quando comandava uma peça de Artilharia. Por ocasião da Guerra de Canudos, ele encontrava-se em missão na Europa para aproveitar inclusive para corrigir seqüela deixada pelo ferimento. Lá constatou o enorme fosso operacional entre os exércitos europeus e em especial o prussiano relativamente à estagnação doutrinária do nosso. De lá escreveu históricos artigos na **Revista do Brasil** sobre a necessidade de o Exército Brasileiro dispor de um Estado-Maior e de como era formado um oficial alemão, conforme abordamos ao biografá-lo em **A Defesa Nacional** nº 750, out./dez., 1990. Seus artigos repercutiram muito no Exército onde era muito acatado e admirado. Pensamos que ajudaram a detonar a Reforma Militar 1898-1945, liderada por oficiais veteranos u filhos de veteranos do Paraguai: Marechais Machado Bitencourt (revolucionou o Apoio Logístico em Canudos); João Nepomuceno Medeiros Mallet (criou o Estado-Maior do Exército e iniciou a Fábrica de Pólvora sem Fumaça em Piquete-SP); Cantuária (o 1º o chefe do Estado-Maior); Argolo ( fechou e extinguiu a Escola da Praia Vermelha e decretou o Regulamento de Ensino de 1905, inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar que até hoje se sustenta e implementado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906/11), que formou a geração que implantou o profissionalismo militar no Ensino, inclusive o Marechal José Pessoa (o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras) Hermes da Fonseca (liderou as manobras de Santa Cruz; promoveu a Organização de 1908—Brigadas Estratégicas; Arma de Engenharia e aquisição de armamento moderno Mauser, Madsen, Krupp com fábricas de munições; enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia de onde emergiu o grosso dos “**Jovens Turcos**” que fundaram **A Defesa Nacional** em 1913( assunto que abordamos no Informativo **O Guararapes** nº13 FAHIMTB AHIMTB Resende Janeiro de 2013) e dominaram a Missão Indígena da Escola do Realengo (1919/21), produzindo uma elite de oficiais, cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa em 1930 e da qual a AMAN foi objetivo concretizado; Caetano de Farias (Campo de Instrução de Gericinó, Serviço Militar Obrigatório, extinção da Guarda Nacional, Polícias Militares como 2ª Linha do Exército e envio de oficiais que combateram no Exército Aliado na 1ª Guerra e para cá transferiram doutrina — José Pessoa, Leite de Castro etc, e a criação da Aviação Militar e outros que atuaram complementando-os com continuidade administrativa ao ponto de perguntado ao civil Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra respondeu: **«Devo o meu sucesso a ter implementado os planos deixados por meus antecessores.»**

Como soldado e historiador, não passamos recibo às manipulações históricas insistentes nos últimos anos em jornais, revistas, livros, filmes e agora em CD-ROM querendo na Mídia responsabilizar o Exército e Polícias Militares e civis patriotas baianos mobilizados contra Canudos. pelos lutosos e sangrentos fatos lá ocorridos onde muitos de seus integrantes que lá pereceram foram também grandes vítimas por desinformação e manipulação por lideranças civis que detinham o poder constitucional para enviá-las para lá. Isto já havia acontecido em 1875 na **Revolta dos Muckers** no Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez teria ocorrido não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar como presidente do Clube Militar em 1888, contra o uso do Exército como Capitão- de -Mato na perseguição de escravos fugidos.

Vale lembrar: Qualquer chefe de família, que é a Pátria amplificada, e possuir potencialmente necessidades de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender e mesmo repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas de segurança adequadas e principalmente manter-se bem informado. Compraria o melhor armamento possível e os melhores itens de segurança preventiva. Conservaria suas armas, treinaria com elas, mudaria com freqüência a munição, etc. Mas não foi isto que as lideranças brasileiras da Sociedade Civil fizeram e deu no que deu. Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército que ele provocou foi um esforço hercúleo de várias gerações, para conseguir evoluir de Canudos à FEB, quando esta força expedicionária fez muito boa figura ao lutar contra ou em aliança com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial, após um grande salto de operacionalidade. Esta é para nós a real projeção da fratricida Guerra de Canudos. E a responsabilidade por esta tragédia grega brasileira não é só de lideranças da Força Terrestre, mas sim, também, e principalmente política de parte das lideranças que tinham respaldo constitucional para lá terem enviado desinformadas, manipuladas e despreparadas forças do Exército e das Polícias Militares. Se se quiser um bode expiatório é tarefa de simples verificação e raciocínio localizá-lo, mas seguramente não será só nas forças terrestres. Quem detinha poder constitucional para melhor prepará-las e empregá-las? Informação é liberdade de escolha! Fico com esta interpretação histórica esperando seja ela confirmada com isenção acima das manipulações engajadas politicamente.

Penso até que a responsabilidade moral e política pela tragédia seja da Sociedade Brasileira como um todo. Instituição brasileira da época, política, econômica, social e militar que se achar isenta, por suas lideranças da época, de responsabilidade pela tragédia de Canudos que atire a primeira pedra. E isto é extensivo a lideranças da Igreja da época e não a esta como Instituição. E mesmo a agentes da Mídia da época na Capital da República e São Paulo que, sem espírito crítico, perfilharam e difundiram a tese inverídica, além de exagerada e muito distorcida, de que Canudos se tornara um perigoso bastião monarquista que ameaçava de morte a jovem República. E inclusive Euclides da Cunha chamando Canudos de nossa Vendéia, uma reação semelhante à reação da Vendéia na França, em 1793, contra a Revolução Francesa, além de outros graves equívocos!

E ver o que os conselheiristas, católicos, místicos, devocionais e fanatizados, não sebastianistas, milenaristas e socialistas, não toleravam a Maçonaria desde a Questão

Religiosa ou Episcopado-Maçônica em que dois bispos foram presos, até ser a denominada Questão Religiosa se pacificada pelo Duque de Caxias em 1875. Despreço que granjeou a República ao separarem a Igreja do Estado, fato não absorvido pelos místicos e fanáticos conselheiristas que viam na Maçonaria e República e no Positivismo agnóstico figuras demoníacas a serem exorcizadas e destruídas. Isto serviu de combustível anímico e moral para a reação fanática às diversas expedições. Por outro lado os soldados e civis que lá foram combater, a mando do Poder Civil legitimamente constituído, muitos o fizeram até o supremo sacrifício em defesa da República seriamente ameaçada. E assim manipulados, soldados do governo e fanáticos conselheiristas, resultou a Guerra de Canudos, a maior hecatombe social brasileira. E as entidades brasileiras da Sociedade Brasileira ou Sociedade Civil da época, repetimos, envolvidas na repressão a Canudos e que se acharem, através de suas lideranças da época, isentas de culpa, que atirem a primeira pedra e deixem de procurar um bode expiatório e tirem (no aplacamento da culpa que pesa no inconsciente coletivo da Sociedade Civil de hoje), para as instituições lá envolvidas por suas lideranças, as lições que esta cruel e centenária tragédia social encerra. E mais que se tirem da comovente resistência armada dos conselheiristas as lições de Arte e Ciência Militar que apresentaram. Elas poderão, talvez, ser úteis um dia, no insondável 3º Milênio, na defesa dos interesses da comunidade brasileira. Pois os conselheiristas enriqueceram o patrimônio cultural militar terrestre do Povo Brasileiro com sua Doutrina Militar. Esta entendida como a maneira pela qual eles se organizaram, se equiparam, se instruíram, foram motivados para a resistência e de como atuaram efetivamente e com eficácia surpreendente. O Exército absorveu e traduziu as lições colhidas na Guerra de Canudos em sua Reforma Militar, 1890-1945, conforme a abordamos neste ensaio. Informação é liberdade de escolha! Deixamos a cargo da consciência da mídia, como uma espécie de direito de resposta que pleiteamos democraticamente de levar a seus leitores este posicionamento da Força Terrestre em Canudos (Exército, 11 Polícias Militares e um batalhão de civis). Que não as transformemos hoje no que a Sociedade Civil transformou Canudos na época. História é Verdade e Justiça!

Passemos ao assunto focal de nossa participação neste Seminário, a presença de gauchos no combate a Guerra de Canudos.

As fotos da VI Expedição a Canudos de Flávio Barros, pelo vestuário da época e referidas ao Álbum editado pelo Exército — **Canudos Campanha Militar (IV)**, deste ano, comprovam a literatura. Ou, a presença de militares gaúchos, o que abordamos em: a 3ª Região Militar na Guerra de Canudos. In: **História da 3ª Região Militar 1889-1953**. Porto Alegre, 1995.v.2, p.144-150. Chefes gaúchos, entre outros, o porto-alegrense Ministro da Guerra Marechal . Graduado Carlos Machado Bittencourt que lá interveio pessoalmente e solucionou a principal causa das dificuldades e fracassos das expedições, a falta de apoio logístico numa área pobre e sem recursos locais apropriados ao sustento de grandes efetivos. Aparece o polêmico, mas audaz e valente, General João da Silva Barbosa, porto-alegrense, nas fotos às p. 18, 20, 47,48 e que comandaria o 1º Contingente de Canudos que desembarcou no Rio, quando um de seus integrantes matou o Ministro da Guerra que se colocou à frente do alvo do assassino, o Presidente do Brasil Dr. Prudente de Moraes.

Existiam outros chefes aquerenciados no Rio Grande, como o da 4ª Expedição, o carioca General. Arthur Oscar, consagrado na Guerra Civil no Sul no comando do 30º Batalhão I de Infantaria de Porto Alegre, o formador dos atuais 18º e 19º Batalhões de Infantaria I Motorizados de Porto Alegre e São Leopoldo. Unidade que combateu em Canudos, ao comando do valente e competente Tenente. Coronel Antônio Tupi Ferreira Caldas, porto-alegrense morto em ação em Canudos no ataque de 1º de outubro. Vimos sua foto recuperada pelo Museu do Forte de Copacabana junto com as de outros oficiais que lá tombaram: Moreira César, Cel. Tamarindo e Cel. Thomaz Thompson Flores (porto-alegrense).

À p. 26 retrata integrantes do 28º Batalhão de Infantaria de Rio Pardo-RS, um dos formadores do atual 11º Batalhão de Infantaria de Montanha de São João del Rei. Unidade ao comando do Cel. Donaciano Pantoja que aparece sentado apoiado na espada. 28º Batalhão de Infantaria não usado em combate em razão do baixo moral decorrente de sua prisão em Rio Negro, em Bagé, em 28-11-1893 e após haver sido obrigado a combater como federalista, com o nome de Batalhão Ernesto Paiva. O Cel. Donaciano assinara pelo governo, em Rio Negro, a Ata de Rendição sob garantia de vida. Esta desrespeitada pelos federalistas que degolaram a Cavalaria Civil Patriota de cerca de 300 homens recrutados em Bagé, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado, ao comando do Cel. Patriota GN Manoel Pedroso que foi degolado com seus companheiros, no Brasil, por mercenários platinos ao comando do afro-descendente Cel. uruguaio Adão de La Torre. Massacre que focalizamos na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** v.154, nº 378, jan./mar. 1993, p. 55/81 sob o título: O massacre federalista de Rio Negro em Bagé, em 28-11-1893. À p. 4 aparece o 32º Batalhão de Infantaria I de São Gabriel que protegeu ferrovias no Sul 1893/95. Lá combateram integrantes do ex- 1º Batalhão Ferroviário (atual 10º Batalhão de Engenharia de Construção em Lages-SC). À p. 40 aparecem oficiais do 29º Batalhão de Infantaria de Pelotas que nucleando a Divisão do Sul organizada pelo Ministro da Guerra, Gen. Francisco Moura, que transferira seu QG para Porto Alegre, após a derrota em Rio Negro seguida de massacre da Cavalaria patriota civil e sítio de Bagé, e com a ameaça de conquistar o porto de Rio Grande e Porto Alegre. O 29º Batalhão de Infantaria da Divisão do Sul foi comandado pelo Cel. João César Sampaio, o qual, em Canudos, aparece à direita da foto, cortando um churrasco. O 29º Batalhão de Infantaria de Pelotas foi um dos formadores do 7º Regimento de Infantaria Santa Maria, ora articulado em Santa Cruz do Sul. O Cel. Sampaio, biografamos em **História da 3ªRM**. (Cit.)v.2.

À p.33 aparece o 31º Batalhão de Infantaria de Bagé, um dos formadores do atual 9º Batalhão Motorizado de Pelotas (O Batalhão Tuiuti o Batalhão do Brigadeiro Sampaio). Esta unidade nucleou a memorável resistência ao sítio federalista de Bagé por 47 dias, comandada por Carlos Telles, até ser socorrida pela citada Divisão do Sul. Episódio que focalizamos na **RIHGB** n. 381, jul./set. 1993, p. 120ss. O 31º BI e Carlos Telles se destacaram em Canudos. Este batalhão forneceu um improvisado Esquadrão de Cavalaria de reconhecimento com infantes campeiros. Passou a prevenir emboscadas e a recolher *vacuns*, caprinos e galináceos para alimentação e esparsos na caatinga. A Divisão que este batalhão integrava e ao comando de Carlos Telles foi chamada pelos conselheiristas

'**Divisão Talentosa**' . E assim os batalhões de Infantaria gaúchos 28,29,30,31 e 32 fotografados por Flávio Ramos foram assim imortalizados na literatura brasileira por Euclides da Cunha em **Os Sertões** :

*«...Sempre na Vanguarda os batalhões gaúchos distinguiram-se extraordinariamente na luta em Canudos. Foram os primeiros que não se deixaram surpreender e os primeiros a surpreender os jagunços...»(conselheiristas, preferimos).*

Isto já havíamos explorado na **História da 3ª RM** (cit.)v.2, o que a iconografia em tela veio a confirmar como marcante a contribuição da **3ª Região Militar**. Participação explicável por vir ela de 3 anos de sangrenta Guerra Civil no Sul, enfrentando invasões federalistas pela fronteira seca Brasil-Uruguaí, depois de 23 anos de paz, e lutando também contra mercenários platinos, com maior experiência operacional adquirida em suas lutas intestinas, pós Guerra do Paraguai. No álbum citado o Ministro do Exército traduziu a situação então do Exército em Canudos de cumpridor de ordens emanadas do poder civil legalmente constituído e, portanto, delegado da Sociedade Civil brasileira daquele tempo. Isto nos leva a concluir num contexto de manipulações políticas e pseudo-históricas contra instituições brasileiras, onde o Exército e Polícias Militares têm sido levianamente apontados como responsáveis pela grande tragédia de Canudos. Em Canudos ao lado dos civis brasileiros conselheiristas imolados, os militares brasileiros do Exército e Polícias e civis baianos mobilizados caídos em luta fratricida, foram tão vítimas como eles. E destaque-se a violência recíproca, bem como na degola. A 3ª Expedição foi barbarizada. Dos militares mortos, seus cadáveres foram profanados, por terem sido decapitados e as suas cabeças enfileiradas ao longo da estrada com os rostos voltados para o interior. Os corpos foram queimados e não sepultados catolicamente. O Cel. Tamarindo foi empalado. Teria sido orientação religiosa de Conselheiro ou ele foi desobedecido e ultrapassado por sua fiel Guarda Católica? E creio ele foi ultrapassado, salvo melhor juízo.

Celebrar Canudos não é o caso. Pois celebrar o quê? Comemorar sim, no sentido de memorar em conjunto o evento por pertencer a História do Brasil. Memorar em conjunto para que as atuais lideranças de instituições que lá foram envolvidas por suas lideranças da época retirem e aprendam as lições que esta grande e centenária Tragédia ou Hecatombe social brasileira encerra. E que as lições dali retiradas iluminem os responsáveis pela boa e justa condução dos problemas sociais brasileiros das cidades e dos campos.

Os conselheiristas escudados no grande general **Ecosystema Caatinga**, do qual muito bem souberam tirar proveito militar para sua guerra de guerrilhas, honraram com combatentes e se fizeram notáveis na História Militar do Povo Brasileiro em cujos anais devem ser incluídos e estudados respeitosamente, pois, em nova leitura, contribuíram, com suas soluções táticas e técnicas genuínas, para enriquecer o patrimônio cultural militar terrestre brasileiro. Pois quem sabe, um dia, aos seus ensinamentos, o Exército que hoje estuda a Guerra nas Caatingas com seu Batalhão de Petrolina—PE, poderá a ela recorrer no insondável 3º Milênio, para melhor exercer a sua destinação, usando estratégias do fraco contra o forte — a guerra de guerrilhas, como um dia o fizeram os patriotas baianos e pernambucanos nas guerras holandesas, os guerrilheiros gaúchos que conduziram a guerra



à gaúcha e ajudaram, em 1776, a definir o destino brasileiro do Rio Grande dos Sul, os guerrilheiros de Cabrazilinho no Amapá em 1895 que asseguraram a soberania brasileira no Amapá, os guerrilheiros cearenses do gaúcho Plácido de Castro que ajudaram a definir o destino brasileiro do Acre, sem esquecer-se dos guerrilheiros do Capitão. Pedro Teixeira que asseguraram a soberania portuguesa no Baixo Amazonas e conquistaram para Portugal, em nome do rei comum de Espanha e Portugal, a Amazônia brasileira, cujo destino soberano brasileiro é um grande desafio para as atuais gerações de brasileiros, no contexto da Nova Ordem Mundial com novos conceitos de soberania que nos querem impor.

Finalizando, meus respeitos reverenciais, como soldado e historiador aos conselheiristas que tombaram em defesa de suas verdades e, aos hoje pouco lembrados, senão vilependiados, soldados do Exército e de 11 Polícias Militares e mais civis baianos que tombaram cumprindo ordens de nossos avós e bisavós que lideravam a Sociedade Civil em 1897 e que para lá manipulados e enganados os enviaram para morrer pela nossa centenária República. E, para os quais, seus netos e bisnetos que constituem hoje a Sociedade Civil Brasileira lhes negam reconhecimento e homenagens aos seus martírios. Isto, talvez, tomados por um sentimento de culpa no inconsciente coletivo, procurarem no Exército e Polícias Militares de 11 Estados um responsável, ou melhor, um bode expiatório para as culpas em Canudos da Sociedade Civil a que seus avós e bisavós pertenciam então. E tudo, sem ao menos, no intervalo entre a Guerra de Canudos e a atualidade, terem feito algo para minorar a grave situação social de Canudos que hoje é pior que há 100 anos, no consenso do povo e autoridades canudenses. É uma reflexão! Ontem foi Delenda Canudos! Hoje é delenda a imagem do Exército e Polícias Militares em alguns meios intelectuais, enquanto o Povo acaba de atribuir ao Exército, índice de confiabilidade de 82% e que nada, mas em nada ele lembra o Exército de Canudos, como procuramos demonstrar! História e verdade e justiça!

Nota: Nossas interpretações buscaram apoio e base em escritos de chefes que vivenciaram, interpretaram e escreveram sobre aqueles momentos e hoje consagrados patronos de Cadeiras da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil ao Marechais Estevão Leitão de Carvalho (que foi líder dos Jovens Turcos e Chefiou nos EUA a Comissão Militar Mista Brasil Estados Unidos) João Baptista Mascarenhas de Moraes e General de Divisão Augusto Tasso Fragoso.

Decorridos 15 anos teve lugar nos estados de Paraná e Santa Catarina A Revolta do Contestado 1912/1912 que abordamos em nosso livro;

**A Revolta do Contestado (1912-1916) nas Mémoires e nos Ensinos militares de seu Pacificador.** Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2013. Obra rica em ensinamentos para os militares de hoje. Episódio quase apagado da memória nacional e resgatado com as seguintes fontes primárias Relatório do General Setembrino de Carvalho ao Ministro da Guerra e suas Memórias, que foram difíceis de encontrar !!!

Neste espaço que sobra vale lembrar o pensamento do Marechal Ferdinand Foch, comandante da Vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial.

**“ Para alimentar o cérebro de um Exército na Paz para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o livro da História Militar.”**